

Lei nº 485, de 15 de agosto de 2025.

Dispõe sobre a concessão de horas suplementares aos professores da Rede Municipal de Ensino do Município de Itajá/RN e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DO ITAJÁ/RN, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – O titular do cargo público efetivo de Professor, que estiver cumprindo jornada de 30 (trinta) horas semanais, sem acumulação de cargo, emprego ou função pública, poderá exercer carga suplementar de trabalho de até 10 (dez) horas semanais, a critério da Secretaria Municipal de Educação, limitado a jornada de 40 (quarenta) horas semanais totais.

Art. 2º – A carga suplementar de trabalho será atribuída ao docente que manifestar interesse, ficando, entretanto, condicionada aos interesses da Administração e à conveniência do serviço público.

Art. 3º – Entende-se por carga suplementar de trabalho o número de horas prestadas pelo docente, além daquelas fixadas para a Jornada de trabalho a que estiver sujeito.

Art. 4º – As horas prestadas a título de carga suplementar são constituídas exclusivamente de horas de regência de sala de aula.

Art. 5º – A retribuição pecuniária por hora prestada a título de carga suplementar de trabalho, corresponderá ao valor da hora a que o profissional da educação tem direito, de acordo com seu enquadramento funcional, correspondente ao nível e referência que o professor se encontra.

Art. 6º – A carga suplementar não caracteriza, em nenhuma hipótese, prestação de serviços extraordinários.

Art. 7º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Itajá, Estado do Rio Grande do Norte.

Gabinete do Prefeito, em 15 de agosto de 2025.

João Eudes Ferreira Filho
Prefeito Constitucional do Município de Itajá